

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA 015/2017

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos da Resolução nº. 005/2007, do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 05 de setembro de 2017, terça-feira, à partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões - Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

01. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA GANDU, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA.

INSCRITOS	
1	Rodrigo Pereira Anjo Coutinho

02. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE MERECEMENTO PARA A 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA GANDU, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA.

	INSCRITOS	CRITÉRIOS		LISTA TRÍPLICE
		QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	
1	Gustavo Fonseca Vieira	2º Quinto	Sim	-
2	Rodrigo Pereira Anjo Coutinho	4º Quinto	Sim	-

03. REMOÇÃO INTERNA PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IPIRÁ, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA.

INSCRITOS	
1	Francisco Melo Mascarenhas – Titular da 3ª Promotoria de Justiça de Ipirá (ATRIBUIÇÃO: CRIMINAL; JÚRI; VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER (CIVEL E CRIMINAL); EXECUÇÕES PENAIS; TÓXICOS; JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL- JECRIM; CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL.)

04. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IPIRÁ, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA, OU VAGA REMANESCENTE.

INSCRITOS	
1	Valéria Magalhães Pinheiro de Souza

5. PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.10685/2017. ASSUNTO:

**AUTORIZAÇÃO PARA FREQUENTAR CURSO SEM PREJUÍZO DAS FUNÇÕES.
INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA FÁBIO FERNANDES CORRÊA.
RELATORA: CONSELHEIRA MARILENE PEREIRA MOTA.**

6. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA:

- 6.1. Procedimento Ministerial nº 600.970426/2017, da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 6.2. Procedimento Ministerial nº 340.0.46482/2010, da Promotoria de Justiça de Ubatã;
- 6.3. Inquérito Civil nº 676.0.181753/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa;
- 6.4. Inquérito Civil nº 001.9.132240/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.5. Procedimento Ministerial nº 696.9.81672/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 6.6. Procedimento Ministerial nº 521.9.79348/2017, da Promotoria de Justiça de Nova Fátima;
- 6.7. Procedimento Ministerial nº 596.0.102558/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 6.8. Inquérito Civil nº 593.0.83157/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 6.9. Inquérito Civil nº 712.0.62639/2008, da 2ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 6.10. Inquérito Civil nº 003.0.66801/2015, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 6.11. Inquérito Civil nº 003.9.88360/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.12. Inquérito Civil nº 001.9.149113/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.13. Inquérito Civil nº 001.9.146964/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.14. Inquérito Civil nº 001.9.144410/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA CLEONICE SOUZA LIMA:

- 6.15. Procedimento Ministerial nº 288.0.68645/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de São Gonçalo dos Campos;
- 6.16. Procedimento Ministerial nº 600.9.74730/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 6.17. Procedimento Ministerial nº 087.0.98963/2016, da Promotoria de Justiça de Justiça de Conceição do Jacuípe;
- 6.18. Inquérito Civil nº 003.0.144702/2016, da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 6.19. Inquérito Civil 001.9.125262/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.20. Procedimento Ministerial nº 596.0.112187/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 6.21. Procedimento Ministerial nº 720.0.25525/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 6.22. Procedimento Ministerial nº 003.0.115753/2016, da 1ª Promotoria de Justiça Feira de Santana;
- 6.23. Inquérito Civil nº 003.0.173949/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Consumidor;
- 6.24. Procedimento Ministerial nº 591.9.59519/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;



- 6.25. Inquérito Civil nº 692.0.71145/2012, da Promotoria de Justiça Regional de Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 6.26. Inquérito Civil nº 676.0.181312/2012, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Bom Jesus da Lapa;
- 6.27. Inquérito Civil nº 108.0.45755/2013, da Promotoria de Justiça de Itiruçu;
- 6.28. Procedimento Ministerial nº 593.0.191869/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 6.29. Inquérito Civil nº 598.0.239929/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 6.30. Inquérito Civil nº 003.0.16545/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 6.31. Inquérito Civil nº 644.9.35868/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 6.32. Inquérito Civil nº 003.0.68908/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 6.33. Inquérito Civil nº 598.0.67704/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 6.34. Procedimento Ministerial nº 596.0.199197/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 6.35. Inquérito Civil nº 003.0.60486/2013, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 6.36. Inquérito Civil nº 003.0.7153/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 6.37. Procedimento Ministerial nº 720.0.159196/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 6.38. Inquérito Civil nº 709.0.126191/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 6.39. Procedimento Ministerial nº 708.0.43665/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 6.40. Inquérito Civil nº 003.0.200577/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 6.41. Inquérito Civil nº 167.0.192286/2015, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 6.42. Inquérito Civil nº 674.0.195611/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 6.43. Inquérito Civil nº 371.0.178956/2007, da Promotoria de Justiça de Itacaré;
- 6.44. Inquérito Civil nº 003.9.87994/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.45. Inquérito Civil nº 001.9.146650/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.46. Procedimento Ministerial nº 596.0.150965/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 6.47. Inquérito Civil nº 646.0.201746/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA:

- 6.48. Recurso Administrativo nº 003.0.15767/2017, apenso Inquérito Civil nº 003.9.14507/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 6.49. Inquérito Civil nº 108.0.45761/2013, da Promotoria de Justiça de Itiruçu;
- 6.50. Procedimento Ministerial nº 678.0.120857/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 6.51. Inquérito Civil nº 529.9.1029/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 6.52. Procedimento Ministerial nº 003.0.115924/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;



- 6.53. Procedimento Ministerial nº 598.0.200041/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
- 6.54. Procedimento Ministerial nº 708.0.191181/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 6.55. Inquérito Civil nº 708.9.84653/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 6.56. Inquérito Civil nº 656.0.24606/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Cicero Dantas;
- 6.57. Inquérito Civil nº 708.0.146883/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 6.58. Inquérito Civil nº 708.0.146907/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 6.59. Inquérito Civil nº 708.0.146746/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 6.60. Procedimento Ministerial nº 593.0.97803/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 6.61. Inquérito Civil nº 167.0.136509/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 6.62. Procedimento Ministerial nº 003.9.44565/2017, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.63. Procedimento Ministerial nº 003.9.44565/2017, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.64. Inquérito Civil nº 697.0.221935/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 6.65. Inquérito Civil nº 003.0.121894/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 6.66. Inquérito Civil nº 003.0.197848/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA:

- 6.67. Inquérito Civil nº 0003.9.270066/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.68. Procedimento Ministerial nº 521.0.138455/2011, da 6ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 6.69. Inquérito Civil nº 597.0.134661/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 6.70. Procedimento Ministerial nº 521.0.97534/2016, da Promotoria de Justiça de Nova Fátima;
- 6.71. Inquérito Civil nº 003.0.66198/2015. Da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 6.72. Procedimento Ministerial nº 003.9.54410/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 6.73. Procedimento Ministerial nº 600.9.118564/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 6.74. Inquérito Civil nº 003.0.181660/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 6.75. Procedimento Ministerial nº 521.9.79380/2017, da Promotoria de Justiça de Nova Fátima;
- 6.76. Procedimento Ministerial nº 720.0.74139/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 6.77. Inquérito Civil nº 640.0.152107/2008, da Promotoria de Justiça de Ubatã;
- 6.78. Procedimento Ministerial nº 696.0.218996/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;

- 6.79. Procedimento Ministerial nº 596.0.105257/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 6.80. Inquérito Civil nº 708.0.158079/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA:

- 6.81. Inquérito Civil nº 596.0.50510/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 6.82. Inquérito Civil nº 167.0.136090/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 6.83. Procedimento Ministerial nº 114.0.87307/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 6.84. Procedimento Ministerial nº 608.0.120288/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 6.85. Inquérito Civil nº 596.0.86946/2014, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 6.86. Procedimento Ministerial nº 720.0.38901/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 6.87. Inquérito Civil nº 190.9.55451/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 6.88. Inquérito Civil nº 167.0.122562/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 6.89. Inquérito Civil nº 676.0.154131/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 6.90. Inquérito Civil nº 001.9.146931/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.91. Inquérito Civil nº 001.9.144320/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.92. Procedimento Ministerial nº 600.9.25587/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 6.93. Inquérito Civil nº 646.0.178682/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARILENE PEREIRA MOTA:

- 6.94. Procedimento Ministerial nº 003.0.224544/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.95. Inquérito Civil nº 720.9.17168/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 6.96. Inquérito Civil nº 003.0.78376/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.97. Inquérito Civil nº 323.0.100906/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Irará;
- 6.98. Inquérito Civil nº 003.0.221580/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.99. Procedimento Ministerial nº 266.0.124839/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 6.100. Inquérito Civil nº 676.0.181710/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa;
- 6.101. Inquérito Civil nº 003.0.65996/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 6.102. Procedimento Ministerial nº 674.0.45916/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 6.103. Inquérito Civil nº 681.0.172380/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 6.104. Inquérito Civil nº 003.0.171865/2015, do Grupo de Atuação Especial de

Defesa do Patrimônio e da Moralidade Pública;

- 6.105. Procedimento Ministerial nº 593.0.55191/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 6.106. Procedimento Ministerial nº 600.9.94539/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 6.107. Procedimento Ministerial nº 596.0.95232/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 6.108. Inquérito Civil nº 644.9.36112/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 6.109. Inquérito Civil nº 340.0.181057/2013, da Promotoria de Justiça de Ubatã;
- 6.110. Inquérito Civil nº 001.9.125004/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.111. Inquérito Civil nº 003.0.44371/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.112. Procedimento Ministerial nº 600.9.24990/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 6.113. Procedimento Ministerial nº 003.0.56953/2016, da Promotoria de Justiça de João Dourado;
- 6.114. Inquérito Civil nº 712.0.198626/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 6.115. Inquérito Civil nº 598.0.120692/2013, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 6.116. Inquérito Civil nº 676.1.81913/2005, da 3ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 6.117. Procedimento Ministerial nº 593.0.16448/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 6.118. Procedimento Ministerial nº 720.0.57227/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 6.119. Inquérito Civil nº 288.0.119789/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de São Gonçalo dos Campos;
- 6.120. Inquérito Civil nº 592.0.53229/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA

- 6.121. Recurso Administrativo nº 003.0.12097/2017, apenso nº 003.0.12097/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias
- 6.122. Inquérito Civil nº 676.0.181733/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa;
- 6.123. Procedimento Ministerial nº 003.0.209577/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.124. Inquérito Civil nº 003.0.16560/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 6.125. Procedimento Ministerial nº 600.9.88358/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 6.126. Procedimento Ministerial nº 003.9.71777/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.127. Inquérito Civil nº 692.0.71174/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 6.128. Inquérito Civil nº 001.9.129052/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.129. Procedimento Ministerial nº 593.9.268410/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 6.130. Inquérito Civil nº 644.9.34355/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;



- 6.131. Inquérito Civil nº 001.0.150322/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.132. Inquérito Civil nº 692.0.59569/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 6.133. Procedimento Ministerial nº 593.0.77976/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 6.134. Inquérito Civil nº 001.9.146001/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.135. Procedimento Ministerial nº 720.9.13464/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 6.136. Inquérito Civil nº 003.0.238900/2016, da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 6.137. Procedimento Ministerial nº 608.0.195656/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 6.138. Inquérito Civil nº 001.9.144552/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.139. Inquérito Civil nº 001.9.124669/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.140. Inquérito Civil nº 676.0.31993/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 6.141. Procedimento Ministerial nº 167.9.100796/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA NIVALDO DOS SANTOS AQUINO:

- 6.142. Procedimento Ministerial nº 285.9.269525/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de São Francisco do Conde;
- 6.143. Procedimento Ministerial nº 003.0.99704/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.144. Procedimento Ministerial nº 003.0.62751/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.145. Inquérito Civil nº 674.0.162153/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 6.146. Inquérito Civil nº 676.0.181672/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa;
- 6.147. Inquérito Civil nº 003.0.134560/2010, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Valença;
- 6.148. Inquérito Civil nº 676.0.181709/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa;
- 6.149. Inquérito Civil nº 003.1.26609/2005, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 6.150. Inquérito Civil nº 003.9.73276/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.151. Procedimento Ministerial nº 696.0.137778/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 6.152. Procedimento Ministerial nº 521.0.247531/2012, da Promotoria de Justiça de Nova Fátima;
- 6.153. Inquérito Civil nº 087.0.98936/2016, da Promotoria de Justiça de Conceição do Jacuípe;
- 6.154. Procedimento Ministerial nº 600.9.114073/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 6.155. Procedimento Ministerial nº 003.9.109996/2017, do Grupo Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.156. Inquérito Civil nº 001.9.118750/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.157. Procedimento Ministerial nº 608.0.215508/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;

- 6.158. Inquérito Civil nº 001.9.128099/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.159. Procedimento Ministerial nº 003.0.63533/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 6.160. Procedimento Ministerial nº 608.0.190366/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 6.161. Procedimento Ministerial nº 285.0.237004/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de São Francisco do Conde;
- 6.162. Inquérito Civil nº 676.0.181238/2012, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa;
- 6.163. Procedimento Ministerial nº 596.0.26408/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 6.164. Procedimento Ministerial nº 003.0.124670/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 6.165. Inquérito Civil nº 003.0.61405/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 6.166. Inquérito Civil nº 591.0.159104/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 6.167. Inquérito Civil nº 003.0.24825/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 6.168. Inquérito Civil nº 708.0.146839/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 6.169. Inquérito Civil nº 680.9.36762/2017, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 6.170. Procedimento Ministerial nº 085.0.77877/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Conceição do Almeida;
- 6.171. Procedimento Ministerial nº 003.0.103663/2016, da 6ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 6.172. Procedimento Ministerial nº 045.0.256924/2016, da Promotoria de Justiça de Itagimirim;
- 6.173. Inquérito Civil nº 003.0.234882/2016, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.174. Procedimento Ministerial nº 085.0.216104/2016, da Promotoria de Justiça de Conceição do Almeida;
- 6.175. Recurso Administrativo nº 003.0.16491/2017, apenso Inquérito Civil nº 035.9.125433/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 6.176. Procedimento Ministerial nº 085.0.131156/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Conceição do Almeida;
- 6.177. Inquérito Civil nº 720.9.34719/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Conceição do Jacuípe.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:

- 6.178. Inquérito Civil nº 020.168060/2013, da Promotoria de Justiça de Barra da Estiva;
- 6.179. Procedimento Ministerial nº 708.0.127232/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 6.180. Procedimento Ministerial nº 704.0.97987/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas;
- 6.181. Procedimento Ministerial nº 592.0.135693/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 6.182. Procedimento Ministerial nº 069.9.89601/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 6.183. Inquérito Civil nº 003.0.94657/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;

- 6.184. Procedimento Ministerial nº 597.0.38902/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 6.185. Procedimento Ministerial nº 003.0.133041/2016, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.186. Inquérito Civil nº 003.0.16885/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.187. Procedimento Ministerial nº 001.0.168095/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.188. Procedimento Ministerial nº 712.0.36448/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 6.189. Procedimento Ministerial nº 708.0.126652/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 6.190. Procedimento Ministerial nº 720.0.235484/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 6.191. Inquérito Civil nº 003.0.165186/2007, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
- 6.192. Procedimento Ministerial nº 003.0.60582/2013, da Promotoria de Justiça de Prado;
- 6.193. Procedimento Ministerial nº 720.0.68106/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 6.194. Procedimento Ministerial nº 608.0.140703/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié.

7. O QUE OCORRER.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, 28 de agosto de 2017.

EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público